

SANKOFA, O MOVIMENTO DE ESTENDER E APRENDER: EXTENSÃO FEMINISTA DIANTE DA CULTURA CIENTÍFICA DE GÊNERO

SANKOFA, THE MOVEMENT TO EXTEND AND LEARN: FEMINIST EXTENSION IN THE FACE OF GENDERED SCIENTIFIC CULTURE

Marinês da Rosa¹

Alexandra Eliza Vieira Alencar²

Alinne de Lima Bonetti²

Elisete Schwade³

¹Universidade de Estado de Mato Grosso, Tangará da Serra, Mato Grosso, Brasil

²Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

³Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Rio Grande do Norte, Brasil

RESUMO

Nesse texto procura-se refletir sobre os aprendizados resultantes de diferentes experiências em práticas de extensão universitária. A partir da localização dos esquemas de gênero na cultura científica, bem como nossa inserção na construção de saber-fazer antropológico feminista, buscamos problematizar resistências à prática da extensão universitária, bem como as possibilidades de equiparação do tripé ensino-pesquisa-extensão nas atividades acadêmicas. Identificamos, no contexto e referências à extensão, marcadores sociais que reverberam desigualdades presentes na sociedade envolvente. Nosso exercício está inspirado na representação do ideograma africano *Sankofa*: fizemos o movimento de rememoração de como a palavra-extensão se materializa nas nossas existências, desde o histórico das referências na formação universitária até o modo singular em que a experienciamos em nossas vidas pessoais e profissionais. Assim apostamos, nesse momento de rememoração do vivido, por buscar novas formas de produção de conhecimentos.

Palavras chaves: extensão universitária; cultura científica de gênero; saber antropológico-feminista.

ABSTRACT

This text aims to reflect on the learning resulting from different experiences in university extension practices. Based on the identification of gender schemes in scientific culture, as well as our localization in the construction of feminist anthropological know-how, we problematize resistances to the practice of university extension and possibilities of equating the teaching-research-extension tripod in academic activities. We identify, in the context and references to the extension, social markers that reverberate inequalities present in the surrounding society. Our analytical exercise is inspired by the representation of the African ideogram Sankofa: we remember how the word extension materializes in our lives, from the history of references in university education, to the unique way in which we experience it in our personal and professional lives. So we focus on



Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International License.

this moment of remembering what we have experienced to present new ways of producing knowledge.

Keywords: university extension; gender scientific culture; anthropological-feminist knowledge.

INTRODUÇÃO

O debate acerca das concepções, diretrizes e práticas da Extensão Universitária e sua trajetória histórica nas universidades brasileiras ainda pode ser considerado como um tema conturbado e que envolve disputas de significados (Gonçalves; Vieira, 2015); no entanto, ao observar alguns marcos importantes para a Extensão Universitária, pode-se perceber um avanço a respeito de algumas concepções e funções dessa atividade, assim como uma consolidação institucional no âmbito universitário, ainda que, de modo geral, seja menos prestigiada que o ensino e a pesquisa dentro do cenário acadêmico. É importante refletir sobre essa questão, de modo especial no que concerne e está estabelecido como marco da prática da extensão, qual seja o diálogo e a articulação da Universidade com a sociedade envolvente. É nesse contexto que se torna relevante inserir, nas referências à prática extensionista e seus posicionamentos, de modo especial nas resistências enfrentadas para uma efetiva equiparação do tripé ensino-pesquisa-extensão, marcadores sociais que reverberam desigualdades presentes na sociedade.

Nesse texto estaremos nos referindo especificamente à cultura científica e seus esquemas de gênero (Löwy, 2020) e ao saber-fazer antropológico feminista (Bonetti, 2022), como recurso analítico para problematizar as resistências que observamos em relação à prática da extensão universitária que, como parte constitutiva da paisagem científica brasileira, historicamente vem padecendo com o sistema de produção e de distribuição desigual de prestígio, o que nos remete a uma análise a partir da perspectiva de gênero.

Gênero, como ferramenta conceitual para análise da complexidade da vida social humana, revela-nos que a produção de conhecimento é permeada de disputas, relações de poder, hierarquias e desigualdades sociais, de maneira que o conhecimento e suas formas de produção não devem ser entendidos como apartados da sociedade. Dessa forma, a partir de uma perspectiva de gênero, analisaremos as “formas locais e específicas de relações sociais e de desigualdade social” (Rosaldo, 1995, p. 22), que produzem sistemas de distribuição desigual de prestígios e privilégios (Ortner; Whitehead, 1984) e os sentidos deles decorrentes que impregnam o imaginário científico, feminilizando a extensão universitária, o que contribui para que possamos compreender o desenvolvimento desigual de carreiras e o interesse diferencial em áreas do conhecimento, a valorização e desvalorização de determinadas áreas e o maior ou menor investimento.

No exercício de explicitar como nossas ações de extensão estão permeadas pelo saber-fazer antropologia feminista, a estratégia reflexiva para essa escrita tem inspiração no ideograma africano *Sankofa*, representado por um pássaro voltado com a cabeça para trás ou também em um formato de duas formas justapostas, espelhadas, lembrando um coração cuja etimologia da palavra, em ganês, inclui os termos san (voltar), ko (ir) e fa (olhar, buscar, pegar). Em síntese, o pássaro voando reto representa que é necessário seguir em frente, rumo ao futuro, sem se esquecer do passado. Desse modo, apreendemos o movimento *Sankofa* como ferramenta metodológica decolonial e por meio da qual exercitamos a rememoração de como a palavra extensão se materializa, desde o histórico das referências na formação universitária até o modo singular em que a experienciamos em nossas vidas pessoais e profissionais. Assim buscamos, nesse momento de rememoração do vivido, novas formas de produção de conhecimento. Nesse ato, em nossas quatro existências, as primeiras memórias de práticas extensionistas nos levam para fora dos limites urbanos, vinculadas, em sua maioria, ao contato e conhecimento de práticas de extensão rural. Em tais memórias, a extensão se traduzia, na prática, por uma transferência de saberes, em que o polo emissor do conhecimento era, na sua maioria, homens cis brancos com alta escolaridade, os engenheiros agrônomos, detentores dos conhecimentos técnicos, percebidos como a verdade objetiva científica e a extensionista rural, em geral, mulheres cis brancas, as mediadoras entre a suposta objetividade científica dos engenheiros agrônomos e os receptores dos conhecimentos a serem aplicados na prática na lida cotidiana com as pequenas propriedades rurais.

Esse eloquente cenário de memórias convergentes nos inspira a refletir sobre esse histórico e o lugar das resistências e seus diferentes sentidos. Essas memórias se elucidam tanto no contraste que se evidencia a partir da recuperação de elementos importantes da história de implementação da prática extensionista como parte da formação universitária e de seus esquemas de gênero quanto no enfrentamento de concepções e práticas extensionistas cristalizadas, pela implementação de formas dialógicas de extensão, orientadas pelas epistemologias antropológico-feministas.

Por fim, mas não menos importante, queremos destacar que este texto é fruto da reflexão de quatro professoras pesquisadoras feministas que atuam em Instituições de Ensino Superior (IES) de três regiões do país (sul, centro-oeste e nordeste), cujo entrelaçar feminista ocorre no lugar comum da formação de todas, em momentos e contextos distintos: o Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades - NIGS/UFSC. Criado em 1991, o NIGS vem, desde então, inclusive, visando ao incentivo ao protagonismo estudantil nas ações extensionistas, desenvolvendo pesquisas relacionadas a "problemáticas de interesse feminista" (Bonetti, 2018) envolvendo temas relativos a gênero, sexualidade, história da antropologia e do campo científico.

Durante um dos encontros imersivos de pesquisa no âmbito do projeto “Políticas e Experiências de Equidade, Formação e Inclusão: uma etnografia sobre práticas de gestão, ensino, orientação e extensão em Universidades Públicas Brasileiras”, em agosto de 2023, reunidas em Florianópolis/SC, iniciamos o movimento de retornar às experiências de extensão em busca de conhecimentos para a análise do que está por vir, tal qual a representação de *Sankofa*. Como metodologia de construção do texto, refletimos coletivamente sobre os encontros e as particularidades de nossas experiências em atividades de extensão. Nesse sentido, embora seja um texto coletivo, transitamos a escrita entre a primeira pessoa do singular – de modo a indicar e preservar as experiências singulares - e a primeira pessoa do plural, de modo a destacar o que nos constitui enquanto um coletivo em nossas experiências de extensão.

O texto está organizado em quatro partes, incluindo essa introdução e notas conclusivas. Partimos da recuperação de dados importantes sobre a extensão universitária no Brasil, dentro de contextos e dinâmicas do ensino superior nas universidades públicas. Em seguida, no movimento indicado e que nos inspirou, o ideograma africano *Sankofa*, registramos olhares sobre nossas memórias e práticas, sempre a partir das perspectivas feministas. Nas considerações finais, indicamos alguns caminhos e possibilidades de avanços no sentido de tornar a extensão universitária, agora oficialmente demandada nos currículos, um espaço efetivo de formação.

ESTENDER EM SUBSTANTIVO: EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM CONTEXTOS

Desde as normas e legislações iniciais acerca do ensino superior brasileiro, menciona-se a necessidade de vincular a universidade à sociedade, ampliando o escopo de alcance do conhecimento para além da investigação (pesquisa) e formação (ensino) de uma área específica. Nesse sentido, as primeiras atividades de Extensão Universitária no Brasil datam do início do século XX, voltadas para a realização de cursos e conferências abertas ao público, mas que não configuravam uma política universitária difundida e institucionalizada. A partir do final da década de 1960 e início de 1970, a extensão passou a ser tratada como uma política nacional em relação às universidades (Nogueira, 2003).

Um primeiro marco da extensão universitária pode ser identificado na Lei 5.540/1968, que estabeleceu a reforma do ensino superior no Brasil, então instituída como uma modalidade de curso entre graduação, pós-graduação e especialização (Brasil, 1968). Com isso, essa modalidade ganhou projeção nacional em um período de ditadura civil--militar, muito amparada pelos princípios da Lei de Segurança Nacional – tendo como exemplo a criação dos seguintes programas nacionais: Projeto Rondon, Campus Avançado e Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC) (Gonçalves; Vieira, 2015). Contudo, a

primeira política voltada para a extensão foi criada propriamente apenas em 1975, no Plano de Trabalho de Extensão Universitária, elaborado pelo Ministério da Educação (MEC), por meio da Coordenação da Extensão Universitária (CODAE). A sua elaboração buscou instituir a extensão universitária como de responsabilidade do Estado, uma vez que assegurou a competência do MEC na proposição da política de extensão nas universidades brasileiras, que até então estavam dispersas sob o controle autônomo de cada instituição. Neste documento, foi inserido um dos elementos da extensão universitária que está presente até hoje: a ideia de dialogicidade entre a universidade e a sociedade. Entre as primeiras produções da CODAE, está o Plano de Trabalho de Extensão Universitária. Neste, sob a influência das ideias de Paulo Freire (2015), a Extensão foi definida como ação institucional voltada para o atendimento das organizações e populações, com sentido de retroalimentação e troca de saberes acadêmico e popular (Fórum [...], 2012).

Já na década de 1980 surgiu um novo ator que influenciou os rumos da extensão universitária brasileira, qual seja o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), este elaborou duas políticas de extensão importantes: o Programa de Fomento à Extensão Universitária (PROEXT) e o Plano Nacional de Extensão, que datam respectivamente de 1993 e 1998 (Nogueira, 2003). Anteriormente a isso ainda se tem a inserção, dentro da Constituição Federal de 1988, do princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Esses três marcos legais e políticos consolidam a Extensão Universitária dentro das universidades brasileiras como uma prática institucional com caráter nacional.

Desde a promulgação da Constituição de 1988 estava estabelecida, então, a necessidade de integrar a prática extensionista na formação universitária. A LDB 9.394/1996 trouxe alguns avanços, com o reconhecimento da extensão e possibilidades de financiamento específico (Michele Jimenez *et al.*, 2020). Foi o Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2010 que:

[...] reiterou a necessária indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, com o intuito de superar as “desigualdades sociais e regionais”, a fim de que as universidades se constituíssem, “a partir da reflexão e da pesquisa”, como “o principal instrumento de transmissão da experiência cultural e científica acumulada pela humanidade”, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade brasileira (Brasil, 2001, p. 1 *apud* Jimenez *et al.*, 2020).

O PNE, na sua nova edição (2014-2024), deu continuidade à ênfase citada; somente em 2018, com a resolução CNE número 7/2018, é que foram estabelecidas as diretrizes para a Extensão na educação superior brasileira. A definição de extensão consta no artigo 3.

[...] atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento (Brasil, 2018).

Foi essa mesma resolução que previu a inclusão de, no mínimo 10%, em atividades de extensão na carga horária dos cursos universitários, distribuídas em todos os componentes curriculares, o que vem sendo chamado de "curricularização da extensão". A resolução 07/2018 também torna ainda mais enfática a necessidade de participação comunitária para que uma atividade seja definida como extensão.

Ainda como parte dessa contextualização, faz-se necessário mencionar um conjunto de transformações no ensino superior, nas primeiras décadas do século XXI, já que a ênfase no diálogo com a sociedade está relacionada a esse processo e seus desdobramentos. Destacamos: a implementação de cotas étnico- raciais, a expansão das universidades públicas e a ênfase em temáticas da diversidade requerida na atualização dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) de todos os cursos. As ações relacionadas a essas iniciativas nas universidades têm, em comum, agregar a expectativa de melhoria nas condições de vida de populações em diferentes regiões/ contextos do país, apostando na redução das desigualdades sociais. A referência à extensão universitária se destaca nesse processo de mudança observada no ensino superior, especialmente nas universidades públicas.

De modo mais específico, no que tange aos processos de expansão das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, reconhecidos como "interiorização", trata-se de ações integradas ao projeto de Expansão e Reestruturação do Ensino Superior - REUNI. A implementação do REUNI envolveu o deslocamento de profissionais para cidades geograficamente distantes das capitais. Particularmente nas ciências sociais, tal processo tem gerado reflexões importantes sobre as repercussões no que se refere à prática acadêmica. Entre as várias questões, tem destaque a consolidação de atividades de extensão com ações vinculadas à pesquisa e ao ensino, práticas que articulam reconhecimento e intervenção e sinalizam novas fronteiras na formação da área (Melo; Reis, 2021), bem como a relação com a formação a partir da inclusão de estudantes que não estavam presentes nas universidades nas capitais, em que a extensão universitária se situa como parte da inclusão social e propicia um tipo específico de engajamento (Brito, 2021). Essa expansão vem acompanhada de um conjunto de mudanças demandadas nos projetos pedagógicos de cursos, de modo particular nas licenciaturas, mas também na formação do bacharelado. Como exemplo, nos últimos 10 anos, a resolução 02/2015/ MEC indicou a inclusão de atividades práticas bem como a formação em relações étnico-raciais, gênero e diversidade, direitos humanos e políticas

ambientais. Nesse processo, portanto, já estava sugerida a inclusão de atividades extramuros nos currículos.

Em relação à política de cotas, evidenciam-se mudanças nas dinâmicas da formação universitária, com a ampliação da presença de pessoas/grupos antes totalmente excluídos da formação universitária. Desde os primeiros movimentos, no início do século XXI, a adoção de cotas étnicas e raciais tem impulsionado debates no interior das universidades, de modo especial no que se refere à reprodução de privilégios e hierarquias. Tal contexto repercute na relação entre a universidade e a sociedade, com destaque para a reflexão sobre a sua função social. Essa perspectiva tem desencadeado também investimentos em projetos de formação específicos, previstos desde a Constituição Federal de 1988, com cursos voltados para comunidades indígenas, educação do campo e comunidades quilombolas.

Esse contexto de políticas vem acompanhado da afirmação de atenção à diversidade, contribuindo para indicar a necessidade de um ensino universitário integrado à comunidade, princípio básico da extensão universitária. Ações específicas têm sido desencadeadas como desdobramento dessa dinâmica, como por exemplo, programas voltados para comunidades integrados às atividades de ensino, pesquisa e extensão, tais como Programa de Educação Tutorial (PET) Conexões de Saberes, que será mencionado adiante.

Diante dessa contextualização, na continuidade do texto recuperaremos memórias das autoras e construiremos reflexões sobre nossas experiências em extensão, vivenciadas como docentes universitárias nesse cenário. Sem perder de vista o que mencionamos acima, buscamos, por meio dos relatos, indicar a potencialidade das atividades como resistência a hierarquias impostas às atividades universitárias, em que a extensão ainda é situada em campos de desprestígio. Pensamos essa situação à luz da cultura científica de gênero, a partir das epistemologias feministas que se dedicam a estender e reinterpretar as categorias teóricas às atividades e relações sociais. Nesse sentido, a noção de "objetividade forte", em Sandra Harding (2015), coaduna com as estratégias de metodologias feministas, por entender que a ciência e as sociedades se constituem mutuamente. Logo, para a teórica, visibilizar grupos oprimidos, considerando-os como participantes e não apenas como objetos de investigação, significa ter em vista a atenção às necessidades apontadas por tais sujeitos, especialmente em pesquisas que impactam em suas vidas.

Entendemos que a "ciência participativa" (Harding, 2015, p. 11), que tange à "objetividade forte", associada à "objetividade corporificada" (Haraway, 1995), tem sido inerente às nossas reflexões e práticas de extensão no campo feminista por meio do reconhecimento de processos sociopolíticos de vulnerabilização de populações, mas, principalmente, pela promoção de formas imaginativas de ampliar a escuta e compreensão de suas demandas e possibilidades de repará-las. Estamos nos valendo da prática e aprendizados do Núcleo de Identidades de Gênero e

Subjetividades (NIGS/UFSC), cuja atividade extensionista produzida a partir de uma antropologia feminista sempre se evidenciou na sua produção de conhecimento. Alinne Bonetti (2022), no intuito de realizar uma sistematização desse legado, afirma-nos que:

No que tange às [atividades] extensionistas, as quais se associam as de incidência política-ativista, é relevante destacar a sua centralidade na trajetória do NIGS. Forte tradição da práxis antropologia feminista niguiana, a Extensão Universitária está presente desde a fundação do Núcleo, seja por meio da prática da educação popular e de participação em manifestações políticas públicas em um diálogo implicado com os movimentos sociais, seja por meio de ações na educação básica, materializando a função social da universidade pública (Bonetti, 2022, p. 288).

É com base nesse legado que nos colocamos a olhar para essas experiências e refletir como a extensão vem nos ensinando a ser-saber-agir no mundo e na construção de conhecimentos científicos. Para tanto, mobilizaremos algumas categorias analíticas para refletir sobre as experiências de extensão, tais como "escuta sentida", "imaginação feminista" e "corpo movimento".

NOSSAS MEMÓRIAS

GÊNERO EM SABERES APLICADOS: "O" AGRÔNOMO, "A" EXTENSIONISTA E A CONSTRUÇÃO DE DIÁLOGOS

Nas nossas memórias acionadas no decorrer da elaboração desse texto, é recorrente a referência à extensão como atividade de menor prestígio. Importante pensar nesses fragmentos em relação ao que se reconhece como extensão, uma prática dialógica que desestabiliza e redimensiona posicionamentos. Nesse contexto, tendo em vista o que nos diz Paulo Freire (2015), qual seja a necessidade de um distanciamento e reconhecimento para efetivar o diálogo-comunicação, a prática do registro na etnografia, que nos acompanha na construção do saber-fazer antropológico feminista, permite algumas considerações.

Paulo Freire em "Extensão e Comunicação" (2015) faz uma crítica e propõe a desconstrução acerca da extensão rural como uma prática de assessoria viabilizada pelos órgãos públicos ligados à agricultura, com o objetivo de prestar um serviço – de assistência técnica – aos pequenos agricultores. Na região em que eu, Elisete Schwade residia, filha de *colonos* no Oeste de Santa Catarina, a qual se relaciona à memória da presença das extensionistas, sempre mulheres, essas estavam preocupadas em levar/difundir um tipo de conhecimento e certas habilidades, muitas vezes voltadas para a produção em hortas e manejo de animais, no leite

(queijos, nata, manteiga). Poderiam também ensinar técnicas relacionadas à conservação de doces caseiros ou outros alimentos produzidos. Fico me perguntando como se dava esse encontro, quando reconheço e lembro das técnicas de conservação de carnes, das compotas, da feitura do queijo, tal como as mulheres ali reproduziam, em trocas intensas no interior da vida comunitária. Eu era criança, mas hoje tenho curiosidade sobre essa extensionista rural. A atividade que ela desenvolvia era nitidamente separada do espaço masculino do agrônomo.

Certamente essa concepção, lugares e práticas da chamada extensão rural foi objeto de transformação, imbricadas em mudanças nos contextos rurais. Embora pautada na noção de transferência de conhecimento, tal qual vemos no registro das políticas de extensão universitária, as atividades desenvolvidas por extensionistas têm sido objeto de reflexão crítica, inclusive em perspectiva de gênero. O que importa destacar nesses fragmentos de memória, vistos a partir dos posicionamentos, diálogos e construções de saberes em processos e interações, é que essas práticas evidenciam mulheres em um tipo de posição secundarizada em relação à produção agro, agrícola, assessorada pelos agrônomos, homens. Essa localização também repercute no território, espaço. Mulheres estão nas hortas, nos quintais e na artesanaria. Esse contraste é importante, pois, se Paulo Freire constrói sua reflexão questionando os moldes da extensão rural e nos alerta sobre um tipo de subalternização de saberes, desde que essas práticas de extensão rural envolviam, sobretudo, atividades que buscavam levar conhecimento e estavam bastante distantes da troca de saberes, um olhar a partir da perspectiva de gênero, que reconhece singularidades desses saberes, pode contribuir para ampliar a nossa reflexão em reconhecer a importância da prática de quintais e o contraste de sua condição de menor prestígio. Nesse sentido, se, por um lado, a chamada extensão rural reproduzia a imagem dos espaços rurais e dos camponeses dos pequenos agricultores como atrasada e pouco desenvolvida dentro da lógica da relação e representação dos lugares campo-cidade, por outro lado, o lugar da mulher extensionista amplia contrastes e subalternidades, pois se concentra em assessorias e atividades no ambiente doméstico, nos contornos da casa e dentro dela. Estas atividades apontam para os saberes que não são publicizados, que constituem, muitas vezes, base fundamental e estrutura da capacidade reprodutiva das unidades domésticas. Contudo interessa sublinhar que a condição de extensionista mantinha essa posição do espaço feminino e práticas relacionadas, em contraste com o saber do agrônomo masculino.

Atividades e práticas de extensão em períodos recentes podem trazer outros elementos para essa reflexão. Nesse sentido, a experiência que eu, Elisete Schwade, vivenciei no âmbito do Programa de Educação Tutorial - PET permite um contraste importante com a memória do agrônomo e extensionista, sempre informada por uma análise da cultura científica de gênero. Trata-se da condição de Tutora na UFRN, entre 2015-2021,

no Grupo Conexões de Saberes Comunidade Campo. Nesse projeto são desenvolvidas atividades em diálogo com contextos socioculturais, de modo especial aqueles relacionados à origem dos estudantes universitários, como possibilidade de potencializar a formação universitária na relação com as comunidades. Os grupos classificados como "Conexão de Saberes" são sempre interdisciplinares, envolvem estudantes de diferentes áreas acadêmicas e se estruturam a partir do foco e território de suas atividades – comunidade-campo, comunidade urbana, comunidade indígena, entre outros. No caso, o grupo se chamava "Comunidade-campo" com o propósito de desenvolver atividades em áreas rurais. Estudantes participantes eram selecionados entre os que tinham relação mais direta com essas comunidades. Com a alusão à conexão de saberes, a prática da extensão possui centralidade nas atividades e atribui sentido à existência do grupo.

Em contextos nos quais nossa prática estava voltada para uma efetiva integração ensino-pesquisa-extensão, o diálogo com as comunidades se situava como parte do processo de ensino-aprendizagens. A iniciação dos estudantes do grupo na pesquisa antropológica, de modo especial articulada a práticas feministas, foi fundamental para a efetivação da dialogicidade. Buscamos interação com contextos e comunidades rurais e definimos atividades no processo de diálogo. Nessa direção, uma das atividades teve como objetivo uma oficina de plantas medicinais, realizada no assentamento rural Vale do Lírio, no município de Monte Alegre/RN. As estudantes, de diferentes cursos – enfermagem, nutrição, serviço social, ciências sociais – reuniram materiais, tais como diferentes tipos de ervas; organizaram informações sobre denominações, cultivo, características, usos e benefícios de cada planta; realizaram estudos; organizaram sínteses para o debate. Na comunidade, foi divulgada a oficina, com a indicação de que as participantes (eram sobretudo, mu-lheres) levassem as plantas que conheciam. O que ocorreu no encontro foi uma verdadeira inversão: as mulheres residentes no assentamento dominaram o assunto em discussões acaloradas nas quais entraram em disputa conhecimentos detalhados que eram parte de suas memórias e práticas cotidianas; um momento único para refletir o que significa a troca de saberes e aprofundar a discussão sobre extensão universitária. Foi possível tecer considerações sobre o posicionamento e a hierarquia de saberes e as possibilidades abertas por uma perspectiva dialógica. O saber das mulheres camponesas ficou evidente em razão dessa abertura, assumiu destaque. Em diferentes momentos de formação da equipe, essa oficina foi referência para pensar metodologias inclusivas, participativas e feministas como forma de desestabilizar hierarquias entre saberes e dar espaço para interações que têm a equidade como princípio. Desse modo, as atividades de extensão são espaços fundamentais de formação universitária, uma vez que a atividade exige, por princípio, uma abertura para outros saberes, configurando-as como espaço de produção de conhecimento.

O contraste entre diferentes maneiras de se construir a relação universidade-sociedade é instigante para pensarmos o lugar que a extensão ocupa nas universidades. A posição subalternizada dificulta a percepção da sua importância, o que tem se evidenciado nos processos recentes nas propostas de curricularização da extensão. Na efetivação da prática da extensão, situam-se diversos atravessamentos, com situações que exigem diálogos, por exemplo, com a efetivação de políticas públicas. No âmbito da rede de pesquisa NIGS, essa experiência se repete, de modo especial nas atividades que envolvem gênero e práticas educativas. Tais atividades, realizadas de modo especial a partir do Curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE) e projeto PROEXT, deram-nos suportes para nossa reflexão em contrastes, sempre com a rememoração em perspectiva das categorias de corpos em movimento, escutas sentidas e imaginação feminista.

ONDE TERMINAM O ENSINO E A PESQUISA E COMEÇA A EXTENSÃO?

Como parte do encontro imersivo referido acima e do exercício de produção de um memorial sobre as suas experiências de extensão, eu, Alinne de Lima Bonetti, exercitei minha memória a partir do questionamento que dá título a esta seção do texto. Por meio do princípio da dúvida, desnaturalizando o familiar, busquei colocar em ação a categoria teórico-metodológica de crucial relevância para as epistemologias feministas, em geral, e para a antropologia feminista, em particular: a imaginação feminista. Com ela quero referir a um exercício criativo de expansão de formas do possível, de modos de viver que se abrem a novos modos de ser (Moore, 2011, p. 13), a partir dos repertórios existentes associados àqueles com que entramos em contato nos processos intersubjetivos de produção de alteridades. Assim, passei a buscar nas lembranças o momento em que ouvir falar de extensão pela primeira vez. Cheguei a cenas de infâncias que envolvia meu pai, veterinário, professor do curso de Medicina Veterinária da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), que se situava no campus Uruguaiana, junto de outros cursos das Ciências Agrárias: Agronomia e Zootecnia.

Desde muito cedo, ouvi meu pai contando sobre suas “*saídas de campo*” com seus alunos no âmbito do que se chamava “*extensão rural*”, que envolvia atividades tanto em propriedades da zona rural, distantes do perímetro urbano, quanto na cidade, sejam elas na crescente periferia que a cada ano acolhia cada vez mais aqueles vindos do campo que mantinham seus modos de vida, sejam elas em escolas da rede pública, em que meu pai falava para crianças, como eu, de algo que soava muito perigoso: as zoonoses. É bem verdade que na Uruguaiana dos anos 1970-1980, terra de latifúndios e de economia baseada em agropecuária de extensão e rizicultura, não havia uma fronteira muito definida entre o rural e o urbano. De toda forma, o que importa registrar aqui é que, a partir

dessa lembrança, percebi que, nessa minha experiência com atividades extensionistas, naturalizei – com perdão da redundância – a extensão da sala de aula para fora dos muros da universidade e a interação com a comunidade e associei tal prática como própria das “agrárias”. Extensão, então, é uma sala de aula estendida? E quando a prática de ensino se transforma em prática extensionista, afinal?

Reencontrei-me com a extensão na minha formação em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, nos anos 1990. Das experiências que tive na graduação, olhando-as com os olhos de hoje, percebo que todas podem ser entendidas como práticas extensionistas – e aqui penso nos 10% de atividades extensionistas distribuídas em todas as disciplinas dos cursos de graduação, como sugere a Resolução CNE 07/2018 -; no entanto, apenas uma delas foi nominada como tal à época. Tratava-se do projeto de extensão no Assentamento Segredo Farroupilha, em Camaquã, cidade do interior gaúcho. O projeto era coordenado por um professor do curso de Agronomia da UFRGS, em parceria com a EMATER/RS (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) e a equipe era interdisciplinar: agronomia, veterinária e medicina são os cursos de que lembro, reiterando meu senso comum de que extensão é coisa das “agrárias” e, também, no caso, das biomédicas. Ou seja, profissões que teriam um saber a ser aplicado, contribuindo objetiva e palpavelmente para as comunidades em que atuavam.

Fui chamada para compor a equipe do projeto pela Profa. Daisy Barcellos, co-coordenadora do Núcleo de Antropologia e Cidadania (NACi), da UFRGS, em função de uma problemática que emergira no Assentamento: conflito entre as famílias de assentados em função da presença de uma pequena casa de prostituição nas proximidades. Como integrava um projeto de pesquisa coordenado pela Profa. Claudia Fonseca sobre prostituição e cidadania, a ideia era a de que pudéssemos conhecer as moças da pequena casa e contribuir na resolução dos conflitos. Em uma das férias de verão, passei uma semana no Assentamento, visitando famílias de assentados com a Profa. Daisy, conhecendo seu cotidiano e, além disso, conhecendo as moças da casa de prostituição local; fiz o que aprendera a fazer: conversar com as pessoas e depois registrar essa experiência em diários de campo. À época, registrei essa experiência como uma pequena incursão etnográfica; a extensão seria, então, uma continuidade da pesquisa? Como a pesquisa se transforma em prática extensionista? Qual seria a natureza da extensão feita por antropólogas?

Com os olhos de hoje, permeados pela imaginação feminista, percebo que os projetos de pesquisa em que estive envolvida na graduação, “Prostituição e Cidadania” e “Antropologia, Cidadania e Agências de Intervenção em grupos Populares”, eram ações que envolviam pesquisa e também extensão porque estavam implicadas na produção de assessorias a projetos de intervenção social de duas diferentes ONGs a partir da produção de conhecimento antropológico. Esse era, então, o saber que oferecemos

às entidades que procuraram por nossa ajuda na resolução de conflitos oriundos de encontros de formas de viver distintas. O primeiro deles visava conhecer o universo da prostituição de rua para além da prática profissional das mulheres e entender as suas formas diferenciais de engajamento a métodos de proteção do HIV- aids. Para tanto, acompanhávamos as ações das ativistas do Núcleo de Estudos da Prostituição (NEP) com o público-alvo das suas intervenções, nas ruas de Porto Alegre, além de fazer parte do cotidiano de algumas das mulheres com quem criamos vínculos. Nessas interações, fazia o que aprendera a fazer: ouvia suas histórias, observava seu ambiente de trabalho, interagía com elas e seus familiares e registrava em meus diários de campo.

Esse mesmo *modus operandi* também foi estendido à assessoria do projeto de Formação de Promotoras Legais Populares da ONG Themis. Pergunto-me hoje, olhando para o passado, se nessas experiências a extensão ficou subsumida pela pesquisa e, eufemisticamente, chamada de assessoria. Penso que, com os olhos de hoje, tais experiências revelam práticas extensionistas próprias da Antropologia. Contudo, é preciso dizê-lo, de uma Antropologia em particular, adjetivada como engajada, que historicamente não foi muito bem-vista pela comunidade antropológica, sobretudo na sua articulação com outro adjetivo, o feminista.

Retomando meu percurso mnemônico, foi muito recentemente que vim a produzir extensão como professora universitária, aos moldes do que é disseminado como extensão. Muito embora tenha ingressado na carreira docente em 2010, foi a partir de 2015 que passei a produzir projetos e ações de extensão de maneira sistemática e organizada, em atuação na Unipampa, campus Uruguaiiana, no grupo de pesquisa Tuna – gênero, educação e diferença (Bonetti; Silva; Jesus, 2022). Lembro que nossas ações de extensão, em grande medida, foram organizadas e, de certa forma, definidas pela Universidade. As ações de extensão foram atreladas à realização do curso de formação docente oferecido pela Unipampa aos seus quadros, intitulado: “Reflexões e Práticas Extensionistas”, em 2016. Houve um aprendizado muito significativo nesse curso; lembro, sobretudo, das definições de extensão e daquela que seria a mais interessante para a extensão universitária, marcada por uma metáfora: a via de mão dupla, caracterizando uma dialogicidade.

A partir disso, registramos muitas ações que chegaram como demanda de escolas públicas locais para formações em gênero e sexualidade, tanto para docentes quanto para discentes, muito em função da disseminação do pânico moral em torno das práticas persecutórias de partidários do Escola Sem Partido em Uruguaiiana (Bonetti; Marty, 2022). Além disso, em função do projeto de pesquisa que estávamos desenvolvendo na cidade sobre judicialização da violência de gênero contra mulheres (Bonetti, 2021), passamos a promover ações voltadas aos Direitos Humanos das Mulheres e a produzir artefatos pedagógicos para multiplicar informações sobre acesso aos direitos das mulheres localmente (Marty; Bonetti,

2019; Marty; Bonetti; Silva, 2020). Nessas experiências, as atividades extensionistas adquiriram distintos formatos: oficinas, rodas de conversa, produção de artefatos pedagógicos, cursos de formação, ciclos de cine-debate, intervenções públicas etc.

Esse exercício de resgate da memória trouxe-me algumas provocações e mais perguntas sobre a extensão em geral e sobre aquela feita sob a égide da antropologia feminista que nos levam a ponderar: quais as características da extensão na antropologia e na antropologia feminista à luz do regime de moralidades que impacta a produção científica antropológica e seus esquemas de gênero quando resgatamos as críticas à antropologia aplicada na história da disciplina? (e aqui lembrei-me especialmente do apagamento de Audrey Richards, aluna e assistente de Malinowski e a sua carreira associada à antropologia aplicada).

MOVIMENTOS DE EXTENSÃO QUE ENSINAM A SER/ESTAR/AGIR NO MUNDO

Em que consiste essa função social da universidade pública? bell hooks (2021) nos coloca que o servir é desvalorizado na cultura cis-hetero-patriarcal, supremacista branca, capitalista e imperialista. Como estratégia de manutenção de subordinação, a cultura do dominador intencionalmente degrada essa ação, tendendo a considerar indignas e inferiores as pessoas que servem. Aqui, trazemos com bell hooks, a ideia de que servir pode ser potência e resistência política à medida em que consiste em uma prática de entrega que afasta a ideia de recompensa. A satisfação está no ato de se entregar, de criar o contexto para que aqui a comunidade acadêmica possa, em suas várias ações profissionais, proporcionar saberes que possibilitem, de forma diversa, vir a ser. Estamos a serviço da transformação social, da educação como forma de revolução, no esperar engajado nas práticas cotidianas de fazer universitário centralizado em saberes e fazeres historicamente oprimidos (Freire, 1987).

Nesse sentido, acreditamos que discentes, docentes e técnicos, que estejam a serviço, precisam conectar sua rotina de produção do conhecimento no reconhecimento e na valorização da diversidade como princípio formativo. Essa proposta, por sua vez, deve ocorrer de uma forma afetiva, que afete, atravesse e quiçá transforme outras pessoas. Trata-se de desconstruir processos de epistemicídios (Carneiro, 2005), de ter humildade acadêmica e se colocar aberta para outras formas de saberes e fazeres, de fazer pesquisa com e não sobre pessoas, grupos, instituições, evocando um lugar na antropologia, que se define como ciência do estudo da humanidade, o papel enquanto essa ciência humana que valoriza uma das maiores potências da humanidade, o respeito e a tolerância ao outro.

Como exemplo dessa experiência, está o Espaço Cultural Gênero e Diversidades (ECGD) da UFSC, inaugurado em maio de 2018. O espaço multiuso é destinado às atividades artísticas, culturais e acadêmicas,

sobre temas relativos ao gênero e às diversidades (de gênero, étnico-raciais, sexualidades, deficiências etc.) em uma parceria do Instituto de Estudos de Gênero (IEG) com a Secretaria de Cultura e Arte da UFSC (SeCArte) e Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades (SAAD), atual Pró-reitora de Ações Afirmativas e Equidade (Proafe), que visa acolher, na UFSC, artistas, movimentos sociais, pesquisadores/as, estudantes e todas as pessoas interessadas na expressão e representação das questões de gênero e diversidades.

Entre 2021 e 2024, eu, Alexandra Alencar, como coordenadora do ECGD/IEG/UFSC, coordenei o projeto de extensão *ARATEMIOLÉ*: práticas lúdico-terapêuticas e a diversidade como princípio formativo no ECGD/UFSC. *Aratemiolé*, em iorubá, significa que meu corpo vai bem. Assim, para além das atividades online realizadas durante a pandemia, com a volta do espaço presencial, tenho desenvolvido editais semestrais de ocupação desse espaço com atividades gratuitas nas temáticas de gênero e diversidades promovidas por membros da comunidade acadêmica e/ou sociais destinadas a todes interessades. Tal iniciativa tem popularizado o uso do espaço e permitido, em paralelo, a formação de estudantes em nível de graduação que, como bolsistas de extensão, participam das atividades de organização do espaço e se formam com as ações promovidas a partir dele. Desde 2023 o ECGD/IEG/UFSC também foi o lócus de organização do Fazendo Gênero 13, realizado no final de julho de 2024, com ações mensais que congregam toda organização do evento, nos chamados Almoventos, além de reuniões e vivências promovidas por cada comissão envolvida nesse processo.

Dentre algumas bases teóricas de nossa disciplina, talvez a Antropologia da Experiência, proposta por Victor Turner (1986), seja um substrato germinal e inspirador para pensarmos as vivências presenciais de autocuidado, intituladas *Xirê: sentidos criados no fazer* promovida pelo ECGD/UFSC em parceria com a Aláfia Casa de Cultura desde a pandemia de forma remota, bem como as ações artístico-culturais atravessadas pelas temáticas de gênero e diversidades que foram executadas via editais públicos de ocupação do ECGD/UFSC lançados semestralmente. A raiz etimológica da palavra “experiência”, proveniente do indo-europeu, significa “tentar, aventurar-se, correr riscos”. Nesse sentido, propor práticas de bem-estar no espaço virtual representou/significou, de certa maneira, uma abertura de novos espaços/campos de experimentação, incluindo aqui a aventura de se expor, de se abrir, de se revelar, compartilhando vulnerabilidades, atravessando e permeando fronteiras, congregando a aventura de criar um espaço de liminaridade, de passagem entre o pessoal e o coletivo, o não verbal e o dissertativo, os afetos e as formalidades – consideradas habituais entre intelectuais. Abrimo-nos ao entendimento de que, talvez, justamente pela estranheza da proposta apresentada ao universo acadêmico, nossas práticas permitiram incitar uma série de reflexões que retroalimentam nossos campos de atuação e de saber antropológico.

Para esse campo da academia, repleto de simbolismos, dogmas e relações de poder, as vivências de autocuidado do ECGD/UFSC apresentaram a possibilidade de que a Universidade seja permeada por outros saberes, com origem em outras culturas e tradições, e que nós, como coletivo também diversificado, possamos compartilhar a partir de nossas vivências. Nesse sentido, gostaríamos de frisar a importância de termos vivências que priorizem a referência das cosmologias africanas e das práticas culturais negras, saindo de uma chave de interpretação somente ligada às dores provocadas pelo racismo estrutural, mas também vinculadas às potências de bem-viver que emergem dessas re-existências negras diárias.

A partir da ideia de Walter Mignolo (2003), que defende a necessidade de buscarmos outros lugares de enunciação que não estão postos no conhecimento científico, arraigado em parâmetros eurocêntricos, percebemos a importância de trazer noções “outras”, como ancestralidade, oralidade, religiosidade, coletividade – valores africanos e afro-brasileiros difundidos em várias práticas culturais. Sabemos que nosso país é repleto de epistemologias outras, que devem servir como fontes de saber para a transformação dos processos de colonialidade, historicamente vivenciados.

Também podemos afirmar que nossa contribuição para esse projeto de vivências de autocuidado e da realização de ações artístico-culturais atravessadas pelas temáticas de gênero e diversidades é de fundamental importância para a compreensão de que o “bem viver” não é luxo, tampouco supérfluo, mas, antes, um vetor que opera na matriz relacional da vida das pessoas (no caso, nós mesm@s, mer@s mortais intelectuais) que se envolvem, criam vínculos e experiências coletivas. A um só tempo, por meio das relações sociais que são intrínsecas à existência humana, as práticas de bem-estar só fazem sentido porque as pessoas certamente não são entidades circunscritas em si mesmas. Vale reforçar nosso posicionamento de que atuar no autocuidado, com vivências/experiências que privilegiam o bem-viver, individual e coletivo, significa atuar em uma frente potencialmente política.

A “ESCUTA SENTIDA”: EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS E INTERDISCIPLINARIDADE NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Meu movimento (Marines da Rosa) de percurso teórico-prático no campo dos estudos de gênero relacionados à extensão coincide com as experiências interdisciplinares na atuação como professora de Sociologia, desde dois mil e seis, na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Inspirada em Roy Wagner (2010), tomo a noção de “contexto” para contar o caminho permeado por algumas experiências na Extensão Universitária e Interdisciplinaridade, pois elas foram centelhas na construção de ações e me levam à reflexão sobre metodologias e técnicas de pesquisa com inspiração feminista nos desafios atuais.

Junto a colegas das Ciências Agrárias, no Assentamento Antônio Conselheiro/MT, um dos maiores da América Latina, despertei para a riqueza das atividades de extensão universitária, impulsionada pelos pressupostos de Paulo Freire (2006) que compreendem essas práticas como possibilidades de transformação mediadas nas "relações homem-mundo". Desse modo, em dois mil e seis, no Programa de Ciências Agroambientais (PCAA) da UNEMAT, integrei o grupo de pesquisadoras(es) no desenvolvimento de um modelo de ensino universitário com perspectiva interdisciplinar. Esse trabalho coletivo, entre colegas da agronomia e da biologia, com inspiração na abordagem da extensão aos moldes de Paulo Freire (2015), no âmbito de uma comunidade rural, possibilitou uma discussão sobre as dimensões sociais, econômicas e ambientais, expressas no livro "Entre olhares: realidades, construções, saberes na terra em assentamentos de Mato Grosso" (Rosa *et al.* 2012).

Naquele cenário, três questões vieram à tona: a) os pressupostos da universidade a partir de seus objetivos básicos de formação humanística, de geração e de disseminação de conhecimentos; b) por estar em um *campus* onde não havia/há um lugar para as Ciências Humanas, necessariamente, eu precisava dialogar com as outras áreas, inclusive, como estratégia de permanência da disciplina de Sociologia, em determinados cursos e, c) no interior do centro-oeste do país, assim como acontece em outros lugares semelhantes, a comunidade local espera ações de extensão por parte da universidade. Portanto, a abordagem interdisciplinar constituiu minhas inquietações desde as primeiras experiências na formação profissional no âmbito do ensino, pesquisa e extensão.

Em 2015, no ingresso ao Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH- UFSC), na linha de Estudos de Gênero, concomitante, ao vínculo no NIGS, passei a conhecer as metodologias de estudos feministas e, aos poucos, fui compreendendo a complexidade dos objetos desse campo, bem como as imbricações com as perspectivas interdisciplinares e as ações de extensão. Nessa esteira, Gabriela Pedroni (2018), ao analisar o projeto "Papo Sério", que promovia a problematização sobre os assuntos gênero e sexualidade na escola, destaca os marcos legais que consolidam a extensão universitária como prática de caráter nacional. Essa experiência desenvolvida no NIGS/UFSC é um exemplo da prática dialógica entre universidade e comunidade, sendo que esse processo transforma ambos.

Na UNEMAT, no período de dois mil e vinte e dois, acompanhei as discussões e participei da reestruturação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação, dentre as principais adequações, estava a creditação da extensão prevista na Resolução Federal de dois mil e dezoito, do Conselho Nacional de Educação (CNE). Destaco essa inovação, justamente, para enfatizar a importância da extensão na articulação de distintos saberes de acordo com as demandas e os interesses da sociedade. Especificamente, teóricas feministas como Marlise Matos (2018) têm

refletido sobre a "extensão comunitária", inclusive como estratégia de ação na desconstrução de feminismos canônicos com vistas à promoção de outros saberes e formas de ação pressupostos em práticas feministas decoloniais.

Outrossim, o campo dos estudos de gênero é constituído pela amplitude e complexidade do mundo real de modo que, em um mesmo movimento, fenômenos se constroem como objetos teóricos distintos. Tais processos multifacetados atravessam os limites de diferentes disciplinas e campos do saber. Para apreendê-los, fazem-se necessárias as abordagens com princípios epistemológicos e metodológicos inovadores para dar conta da complexidade do mundo ao nosso redor, construindo-se, para tanto, abordagens interdisciplinares e/ou transdisciplinares, pois, segundo Olga Pombo (2004), as transformações epistemológicas apontam para a necessidade de novas abordagens para melhor conhecer as totalidades.

A partir da perspectiva de gênero, entendo que as abordagens desse campo dizem respeito a fenômenos que transpõem os limites disciplinares. Por isso, é necessário compreender que o progresso do conhecimento já não se dá apenas pela especialização crescente, como estávamos habituadas a pensar e que a ciência começa a aparecer como um processo que exige também um olhar transversal como tentativa de superação da observação rigidamente disciplinar. É a partir dessa perspectiva de análise que podemos compreender a interdisciplinaridade nas abordagens dos estudos de gênero, de acordo com Lia Machado (1994, p. 5), ao afirmar que os estudos feministas como um campo intelectual “[...] se constitui na imbricação dos saberes feministas e dos saberes disciplinares [...]”.

Instigada e encorajada em pensar formas de intervenção alicerçada em pressupostos das epistemologias feministas e da interdisciplinaridade, entre 2018 e 2021, na tese doutoral "Escrita de si das “Marias no cárcere”": escuta sentida como proposta teórico-metodológica decolonial em uma pesquisa situada (Florianópolis-SC, 2017 e 2021)", na orientação das professoras Miriam Pillar Grossi e Luzinete Simões Minella, busquei responder de que modo as perspectivas de estudos interdisciplinares e das epistemologias feministas decoloniais possibilitam práticas de intervenção em pesquisa e extensão com “Mulheres no Cárcere”.

Afetada pelo aprendizado das práticas de extensão no NIGS e considerando o universo complexo do cárcere, forjamos o “Momento Lilás”, constituído por formas de escuta desenvolvidas junto com as interlocutoras, as Marias no Cárcere. É dessa interação que flui a noção de “escuta sentida”, pois com o corpo em campo, fomos aprendendo a criar possibilidades de expressão, segundo as expectativas que emergiram do próprio campo. Esse movimento se aproxima da “antropologia por demanda”, em Rita Segato (2021), que pode ser compreendida como uma concepção teórico-prática relacionada à “colonialidade do saber”, em Aníbal Quijano (2000), e a reflexividade da autora sobre formas de

se fazer antropologia e os seus limites, quando tensionados a oferecerem respostas, especialmente, às realidades latino-americanas.

Assim a “escuta sentida” é uma categoria teórico-metodológica que surge durante as práticas extensionistas no cárcere alicerçadas em perspectivas das epistemologias feministas decoloniais e designa a ação dos cinco sentidos, configurando-se em um sexto. Tal sentido decorre da eclosão entre corpos que se encontram em campo e partilham experiências sensoriais no esforço de compreender as subjetividades da “outra”, que busca, por vezes, sentir com elas. Esse processo se dá aos moldes de “sujeito encarnado”, conforme Merleau-Ponty (2006), bem como aos de subjetividade, segundo Miriam Pillar Grossi (1992), ao enfatizar a relação entre a antropóloga e suas interlocutoras em campo para a construção do processo de conhecimento.

Dos saberes forjados entre as celas no cárcere, durante o “Momento Lilás” emergiram as “cartas do cárcere”, escritas pelas interlocutoras que, por sua vez, foram lidas e respondidas por outras mulheres, em diferentes lugares e, de certa forma, nos termos do tema dessa escrita representam um exemplo de metodologia feminista para a extensão fundamentada na noção de “objetividade forte”, em Sandra Harding (2015), pois pressupõe o envolvimento dos participantes (pesquisadora/or e interlocutora/es) no processo científico e na definição das questões de pesquisa e na interpretação dos resultados. Ao contrário da “objetividade fraca” que prima o rigor pela neutralidade no distanciamento entre sujeito e objeto, entre outras especificidades.

Tais experiências nos permitem refletir que no movimento de se estender para fora dos limites estruturais das universidades não basta ir até as outras para compartilhar conhecimentos, é preciso construir possibilidades de interlocução segundo os interesses das participantes, pressupondo e reconhecendo a “agência” (Ortner, 2006) em cada uma, por meio da “escuta sentida”.

DE SANKOFA E PRÁTICAS EXTENSIONISTAS FEMINISTAS-SÍNTESES POSSÍVEIS E PROVISÓRIAS

Exercitar *Sankofa* é poder olhar para nossas experiências do passado e para nossas ancestrais em busca dos ensinamentos necessários para tecer o presente e futuro. Nesse exercício reflexivo analítico sobre a extensão universitária antropológica feminista, ao longo do texto, evocamos memórias pessoais em torno de nossas experiências com e em extensão, espantando-nos com a recorrência de imaginários em torno das ações extensionistas que reiteram convenções de gênero – plasmadas no senso comum da extensão como “*algo das agrárias*” – pervasivas à cultura científica, a seus esquemas de gênero e à distribuição desigual de prestígios e privilégios no tripé ensino-pesquisa-extensão nas nossas universidades. Com tais memórias, também emergiu um conjunto

de práticas extensionistas moldadas pela imaginação feminista que provocou a expansão das formas possíveis de ser, por meio do potencial transformador de práticas pedagógicas extensionistas movidas pelas pesquisadoras autoras deste artigo.

Levando-se em consideração a concepção de ensino e aprendizagem proposta por Paulo Freire, todas as dimensões do fazer universidade são permeadas pelos processos de ensino e aprendizagens; logo a dificuldade da implementação dos processos de extensão reside justamente na ideia de enxergá-la como formação (e transformação) dialógica, intersubjetiva – em uma via de mão dupla: comunidade e a própria universidade.

Em que pese algumas críticas feministas à produção teórica freireana, especialmente, a invisibilidade de alguns sujeitos, percebidos na designação de categorias universais masculinistas como o "oprimido", considera-se que a dialogicidade em Paulo Freire (2006) evoca a problematização da relação de sujeitos entre si, mediatizados pelo mundo e, portanto, assim como as concepções de epistemologias feministas consideram a importância da experiência, como desencadeadora da produção do conhecimento entre saberes outros. Nesse sentido, os princípios de pedagogias feministas, que visam contribuir para "a construção de uma cultura de e para a cidadania, de e para os direitos humanos" (Matos, 2018, p. 233). Todo esse legado feminista fundamentado na experiência que envolve a "imaginação feminista", a "escuta sentida" e o corpo-movimento em diálogo nos possibilita pensar os processos de "curricularização" em curso em nossas universidades.

No decorrer do nosso exercício de rememorar, olhando nossas experiências e interações em diferentes contextos, podemos indicar a extensão – substantivo do estender – como ação que evoca movimento, gera relações que podem promover transformações em diferentes escalas. Se a aposta no diálogo da universidade com a sociedade envolvente pressupõe possibilidades de resultados, no âmbito do saber antropológico feminista indicamos algumas perspectivas observadas nas nossas práticas.

Sabemos bem que o momento mundial de tensões oriundas do acirramento e imposição do modelo capitalista-neoliberal-patriarcal-racista-misógino-autoritário tem nos colocado, cotidianamente, em situações de exploração, exclusão e opressão que se multiplicam e intensificam. Nesse contexto, o Brasil, em especial, vive uma de suas maiores crises política, econômica, social e, pode-se mesmo dizer, espiritual. Acreditamos, portanto, que é particularmente importante e urgente não desperdiçar nenhuma experiência social de resistência, e a extensão em suas práxis tem nos possibilitado esses ensinamentos.

Nossos projetos de extensão consideram a objetividade como processo social e, por isso, permeado pela diversidade e pluralidade. As experiências mobilizadas na escrita nos unem no propósito da "ciência participativa", como aprendemos com Sandra Harding (2015) e da noção de "dialogicidade", em Paulo Freire (2006), afirmando essa aspiração

feminista, como compromisso político com as interlocutoras e, também, como resistência ao descrédito com o campo de estudos de gênero que coincide com o desprestígio da extensão. Nesse cenário temos nos debruçado em estratégias teórico-metodológicas relacionadas à “pedagogia feminista”, segundo Luz Maceira Ochoa (2008), para a mediação entre os dois espaços de saber: a universidade e a comunidade, compreendendo-os como componentes de algo maior e complexo, quer seja, a formação humana para a cidadania.

Inspiradas em *Sankofa*, entendemos que vivenciamos um momento propício para o diálogo acadêmico sobre as formas de fazer a extensão universitária, apontando seus limites para a prática, mas, sobretudo, ao olhar para trás o impulso é de reivindicar uma forma de conhecimento que constitui nosso saber-fazer feministas, cada vez mais potencializado, pela complexidade das relações sociais, quer seja, as experiências teórico-práticas na extensão. Visando disseminar a extensão universitária como processo de ensino-aprendizagem, construída sempre na coletividade, nas trocas permeadas pelas subjetividades de pesquisadoras e interlocutoras, entendemos que os quatro depoimentos relacionados à extensão, acionados no movimento desta escrita, referem-se à proposta teórico-metodológica de Faye Harrison (1997) sobre a articulação entre os conhecimentos tradicionais africanos com as teorias contemporâneas feministas interseccionais, visto que propomos *Sankofa* como convite para escutar, enxergar, afetar, potencializar, articular, estender e aprender, ainda mais, sobre alternativas como resistência e cuidado em um cenário que insiste em invisibilizar os problemas sociais que importam para todas nós.

REFERÊNCIAS

BONETTI, Alinne de Lima. “O caminho mais curto para o homem de bem ir para a cadeia é a violência doméstica!” - familismo, convenções de gênero, judicialização da violência contra as mulheres. *In*: CARDOZO, Fernanda; RIFIOTIS, Theophilos (org.). **Judicialização da violência de gênero em debate: Perspectivas etnográficas**. Brasília, DF: ABA publicações, 2021. p. 53-102. v. 1.

BONETTI, Alinne de Lima. O modo NIGS de saber-fazer Antropologia feminista no sul do Brasil. *In*: GROSSI, Miriam Pillar; SILVA, Simone Lira da; COSTA, Patrícia Rosalba Moura (org.). **Tecendo redes em antropologia feminista e estudos de gênero: 30 anos do NIGS/UFSC**. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2022. p. 280-292.

BONETTI, Alinne de Lima; MARTY, Marina dos Reis. Gênero, sexualidade e diferenças na educação: desafios éticos em tempos de “doutrinação ideológica”. **RELIES: revista del laboratorio iberoamericano para el estudio sociohistórico de las sexualidades**, [s. l.], n. 7, p. 48-64, 2022. Disponível em: <https://www.upo.es/revistas/index.php/relies/article/view/6185>. Acesso em: 9 dez. 2024.

BONETTI, Alinne de Lima; SILVA, Fabiane Ferreira da; JESUS, Suzana Cavalheiro. A experiência do Tuna – produzindo saberes, provocando transformações na campanha e nos pampas gaúchos. *In*: GROSSI, Miriam Pillar; SILVA, Simone Lira da; COSTA, Patrícia Rosalba Moura (org.). **Tecendo redes em antropologia feminista e estudos de gênero**: 30 anos do NIGS/UFSC. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2022. p. 68-73.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014 – 2024 e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 9 dez. 2024.

BRITO, Thaís Fernanda Salves de. Por uma antropologia ouriçada: práticas de extensão universitária, bordados uma relação possível com a comunidade de Santo Amaro – BA. **Anuário Antropológico**, [s. l.], v. 46, n. 1, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://journals.openedition.org/aa/7678>. Acesso em: 9 dez. 2024.

CACCIATORE, Olga Gudolle. **Dicionário de cultos afro-brasileiros**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 339 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://negrasoulblog.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2024.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: [s. n], 2012.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GONÇALVES, Nadia Gaiofatto; VIEIRA, Carina Silva. Extensão universitária no período da ditadura: concepções e relações com a doutrina de segurança nacional e desenvolvimento. **Antíteses**, [s. l.], v. 8, n. 15, p. 269-291, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5436721>. Acesso em: 10 dez. 2024.

GROSSI, Miriam Pillar. Na busca do “outro” encontra-se a “si mesmo”. *In*: GROSSI, Miriam Pillar (org.). **Trabalho de campo e subjetividade**, Florianópolis: UFSC, 1992. p. 7-18.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 10 dez. 2024.

HARDING, Sandra. **Objectivity & diversity**: another logic of scientific research. Chicago; London: The University of Chicago, 2015.

HARRISON, Faye V. Antropologia como agente de transformação: comentários e perguntas introdutórias. *In*: HARRISON, Faye V. (ed.). **Em Descolonizando a Antropologia**: Avançando em direção a uma Antropologia para a Libertação. 2. ed. Arlington: Associação Americana de Antropologia, 1997. p. 1-15.

hooks, bell. **Ensinando comunidade**: uma pedagogia da esperança. Tradução de Kenia Cardoso. São Paulo: Elefante, 2021.

JIMENEZ, Michele O. *et al.* A extensão e a universidade brasileira: do estatuto das universidades até a curricularização da extensão. **Educação: Teoria e Prática**, Rio Claro, v. 33, n. 66, 2023. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81062023000100100. Acesso em: 10 dez. 2024.

LÖWY, Ilana. Por que tão devagar? Os obstáculos para a igualdade dos sexos na pesquisa científica. *In*: GROSSI, Miriam Pillar; REA, Caterina Alessandra (org.). **Teoria feminista e produção de conhecimento situado**: ciências humanas, biológicas, exatas e engenharias. 1. ed. Florianópolis: Tribo da Ilha; Salvador: Devires, 2020. p. 231-246.

MACHADO, Lia Zanotta. **Campo intelectual e feminismo**: alteridade e subjetividade nos estudos de gênero. Brasília, DF: UnB, 1994. (Série Antropologia).

MARTY, Marina dos Reis; BONETTI, Alinne de Lima. Para além da teoria: experiências extensionistas sobre gênero e alteridades. *In*: DESFAZENDO SABERES NA FRONTEIRA, 3., 2019, São Borja. **Anais [...]**. São Borja: [s. n], 2019.

MARTY, Marina dos Reis; BONETTI, Alinne de Lima; SILVA, Fabiane Ferreira da. Gênero e alteridade em prática: epistemologia feminista e extensão universitária na fronteira oeste. *In*: JORNADA ACADÊMICA INTEGRADA, 35., 2020, Santa Maria. **Anais [...]**. Santa Maria: UFSM, 2020.

MATOS, Marlise. Pedagogias feministas decoloniais: o desafio da implementação de uma agenda de extensão universitária crítico-feminista. *In*: MATOS, Marlise (org.). **Pedagogias feministas decoloniais**: a extensão universitária como possibilidade de construção da cidadania e da autonomia das mulheres de Minas Gerais. Belo

Horizonte: UFMG, 2018.

MELO, Flávia; REIS, Rodrigo Oliveira Braga. Antropologia na fronteira & fronteiras da antropologia: experiências de ensino, pesquisa e extensão universitária em uma região transfronteiriça. **Anuário Antropológico**, [s. l.], v. 46, n. 1, p. 100-118, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/35978>. Acesso em: 11 dez. 2024.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Universidade Federal de Santa Catarina. **Resolução Normativa nº 01/2020/CGRAD/CEX, de 03 de março de 2020**. Dispõe sobre a inserção da Extensão nos currículos dos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <https://curricularizacaoaextensao.ufsc.br/files/2020/03/RESOLU%C3%87%C3%83O-CURRICULARIZA%C3%87%C3%83O-DA-EXTENS%C3%83O-2-1.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2024.

MOORE, Henrietta. Thinking again. *In*: MOORE, Henrietta. **Still Life: hopes, desires and satisfactions**. Cambridge; Malden: Polity Press, 2011. p. 30-54.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. Onde falha o plano nacional de extensão? **Interagir: pensando a extensão**, [s. l.], n. 4, p. 7-14, 2003.

OCHOA, Luz Maceira. **El sueño y la práctica de sí - pedagogía feminista: una propuesta**. México: El Colegio de México; Centro de Estudios Sociológicos; Programa Interdisciplinario de Estudios de la Mujer, 2008.

ORTNER, Sherry. Poder e projetos: reflexões sobre a agência. *In*: PILLAR, Grossi Miriam *et al.* **Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas**. Goiânia: Nova Letra, 2006. p. 45-80.

ORTNER, Sherry; WHITEHEAD, Harriet. Introduction: accounting for sexual meanings. *In*: ORTNER, Sherry; WHITEHEAD, Harriet (ed.). **Sexual meanings: the cultural construction of gender and sexuality**. New York: Cambridge University, 1984. p. 1-28.

PEDRONI, Gabriela. Gênero e Sexualidade nas escolas: análise do projeto de extensão universitária Papo Sério. *In*: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 31., 2018, Brasília, DF. **Anais** [...]. Brasília, DF: UFSC, 2018.

POMBO, Olga. **Interdisciplinaridade: ambições e limites**. Lisboa: Relógio d'Água, 2004.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **La colonialidad del saber:**

eurocentrismo y ciencias sociales. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 107-130.

ROSA, Marinês da. **Escrita de si das “Marias no cárcere”**: escuta sentida como proposta teórico-metodológica decolonial. 2021. 313 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

ROSA, Marinês da; LAFORGA, Gilmar; VILALVA, Walnice (org.). **Entre olhares**: realidades, construções, saberes na terra em assentamentos de Mato Grosso. 1. ed. São Paulo: Arte e Ciência, 2012. v. 1.

ROSALDO, Michelle. O uso e abuso da antropologia: Reflexões sobre o feminismo e entendimento intercultural. **Horizontes antropológicos**, [s. l.], v. 1, p. 11-36, 1995. Disponível em: <https://www.scienceopen.com/document?vid=072dc914-e1a1-49f2-9d0e-925246f98565>. Acesso em: 10 dez. 2024.

SEGATO, Rita. **Crítica da colonialidade em oito ensaios**: e uma antropologia por demanda. Tradução de Danielli Jatobá; Danú Gontijo. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

THIOLLENT, Michel (org.). **Pesquisa ação e projeto cooperativo na perspectiva de Henri Desroche**. São Carlos: EdUFSCar, 2006.

TURNER, Victor. “Dewey, Dilthey, and Drama: An Essay in the Anthropology of Experience”. In: TURNER, Victor; BRUNER, Edward M. (org.). **The Anthropology of Experience**. Urbana; Chicago: University of Illinois Press, 1986. p. 33-44.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Projeto Pedagógico criação de Curso de Graduação em Antropologia**. Santa Catarina: UFSC, 2009. Disponível em: <https://antropologia.paginas.ufsc.br/files/2010/10/Projeto-Curso-Antropologia-2009.pdf>

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

NOTAS

- ¹ Inspiradas pela perspectiva crítica feminista às ciências marcadas pelo truque de deus (Donna Haraway, 1995), transgredimos deliberadamente as normas convencionadas para escrita científica pela objetividade masculinista e, como uma das formas possíveis de dar visibilidade à presença das mulheres nas ciências, faremos a citação e referenciação das autorias com o prenome e o sobrenome quando da primeira aparição no texto.
- ² A singularidade é expressa no texto à medida que preservamos a escrita inclusiva adotada por cada autora.
- ³ Não é objetivo desse texto dialogar com a extensão rural, como conceito e prática, na contemporaneidade. A referência está inserida aqui

enquanto recurso heurístico, presente em nosso imaginário, para pensar nossas experiências atuais a partir da cultura científica e esquemas de gênero. E, ainda, na desconstrução da extensão como transferência de conhecimentos e afirmação de uma prática dialógica, o que nos remete também a Paulo Freire (2015), em referência a práticas em contextos rurais.

- ⁴ Muito embora hoje com a nossa experiência extensionista e contato com uma bibliografia crítica a essa visão. A extensão hoje para nós é sobretudo o protagonismo das subjetividades e das comunidades envolvidas, enquanto produtoras de conhecimentos e saberes transformadores para a própria academia.
- ⁵ Alexandra Alencar, doutorado em Antropologia (2015), Elisete Schwade - mestrado em Antropologia (1993); Alinne Bonetti, mestrado em antropologia (2000) Marines da Rosa, doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas (2021).
- ⁶ Pela antropóloga feminista Miriam Pillar Grossi e, atualmente, é coordenado pela antropóloga feminista Alinne de Lima Bonetti.
- ⁷ Michel Thiollent (2006), a respeito das ações de extensão, aponta a importância de abordagens participativas, entendidas como processos sociais na construção de conhecimentos que envolvem distintos atores sociais.
- ⁸ Coordenado por Miriam Pillar Grossi.
- ⁹ Importante aqui ressaltar que a inspiração do ideograma africano *Sankofa* foi evocada pelo grupo de pesquisadoras feministas em vivência por entender que as perspectivas feministas devem ser perpassadas por várias ancestralidades, trazendo nessa pluralidade de perspectivas feministas a diversidade como princípio formativo.
- ¹⁰ O REUNI foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.
- ¹¹ O Gênero e Diversidade na Escola (GDE). - Curso oferecido por meio de edital MEC/SECADI, na modalidade aperfeiçoamento e especialização, em diferentes regiões do país, com ampla participação de integrantes da Rede NIGS. PROEXT: programa de extensão universitária - MEC, criado em 2003, com forte ênfase na inclusão social e que também teve vários projetos da Rede NIGS aprovados.
- ¹² O Assentamento Antônio Conselheiro está localizado no estado de Mato Grosso, Brasil e abrange os municípios de Tangará da Serra, Nova Olímpia e Barra do Bugres. É considerado um dos maiores assentamentos da América Latina.
- ¹³ Diz respeito aos encontros períodos com as interlocutoras, Marias no cárcere, ao longo das atividades de pesquisa e extensão, durante a realização da tese doutora, já referida.
- ¹⁴ A antropóloga feminista mexicana, Luz Maceira Ochoa (2008), propõe a intersecção entre feminismo e educação a partir de uma perspectiva teórica e prática.

Marinês da Rosa

marinesrosa@unemat.br

Professora Adjunta na Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Linguagem da Universidade do Estado de Mato Grosso, doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina, Tangará da Serra, Mato Grosso, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0971-4061>

Alinne de Lima Bonetti

alinne.bonetti@gmail.com

Professora adjunta do Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina, doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0810-5926>

Alexandra E. V. Alencar

xanda.alencar@gmail.com

Professora adjunta do Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina, Doutora em Antropologia Social, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3305-6046>

Elisete Schwade

eliseteschwade@gmail.com

Professora titular do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Doutora em Antropologia Social, Natal, Rio Grande do Norte, Brasil.

Titulação e Universidade (por extenso), Cidade, Estado (por extenso), País.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3488-1171>